



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Presidência do Conselho de Ministros

**III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos
(2014-2017)**

Relatório intercalar de execução

2014

Março de 2015

ÍNDICE

Introdução	3
Implementação das áreas estratégicas de intervenção	5
Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa (2014)	46
Quadro-síntese	47
Siglas utilizadas	48

Introdução

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013, de 31 de dezembro, e que aprovou o III PNPCTSH, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017) - adiante designado de Plano – procedeu à avaliação da sua execução referente ao ano de 2014.

Para tal, foi solicitado às entidades que fazem parte do grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora do Plano, e à RAPVT, que preenchessem uma grelha, de acordo com a planificação que tinha sido elaborada no início do ano de 2014.

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do Plano, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas. O quadro-síntese final permite uma aferição global, referente à execução das medidas neste primeiro ano de vigência do Plano.

O grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora tem a seguinte composição:

- a) O/A relator(a) nacional para o tráfico de seres humanos;
- b) O/A chefe de equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos;
- c) Um/a representante da Presidência do Conselho de Ministros;
- d) Um/a representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- e) Um/a representante do Ministério da Administração Interna;
- f) Um/a representante do Ministério da Justiça;
- g) Um/a representante do Ministério da Economia;
- h) Um/a representante do Ministério da Saúde;
- i) Um/a representante do Ministério da Educação e Ciência;
- j) Um/a representante do Ministério da Solidariedade, do Emprego e Segurança Social;
- k) Um/a representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- l) Três representantes¹ das organizações não-governamentais que compõem a RAPVT, escolhidas de entre os respetivos membros;

¹ A Associação para o Planeamento da Família (APF), União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

- m) Um/a representante da Procuradoria-Geral da República, intervindo nos termos do respetivo estatuto e no âmbito das suas atribuições;
- n) Um/a representante do Conselho Superior da Magistratura, intervindo nos termos do respetivo estatuto e no âmbito das suas atribuições

Este grupo de trabalho reuniu ordinariamente 3 vezes no ano de 2014.

Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG e por todos os Ministérios e ONG representados no grupo acima mencionado, tendo por base as planificações setoriais anuais.

Implementação das áreas estratégicas de intervenção

Área estratégica 1 – Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar

- **Medida 1 - Promover campanhas de sensibilização e prevenção contra o tráfico de seres humanos.**

No dia 18 de outubro foi lançada a campanha nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, que teve como mote “Apanhados no tráfico humano”.

O maior investimento, em termos de publicidade, foi feito na televisão. A rádio e a rede de multibanco foram o segundo e terceiro maior investimento.

Entre os dias 18 de outubro e 23 de outubro, foram feitas 107 inserções do spot televisivo.

No metro, foram expostos 10 Mupis.

Na rede de autocarros, foram divulgadas 203 faces.

Entre os dias 18 de outubro e 31 de outubro foram efetuadas 85 inserções do spot de rádio.

Na rede de Multibanco, houve 1126 inserções da campanha.

Foi realizado um estudo *on-line*, para pessoas de ambos os sexos, com idade compreendidas entre os 18 e os 65 anos ou mais, no sentido de avaliar o impacto da campanha, com uma amostra de 500 entrevistas, com os seguintes resultados:

À pergunta se tinham visualizado a campanha, 59% afirmaram que sim, sendo que 47,6% visionaram a campanha na TV, 18,2% na imprensa e de 10,4% na rádio.

Das pessoas inquiridas 58% disseram que não sabiam, antes desta campanha, da existência de linhas de apoio, 60% consideraram a campanha eficaz e 28,8% muito eficaz.

No que diz respeito à sua utilidade/importância, 95% consideram-na útil/importante.

A campanha pode ser consultada em: <http://www.cig.gov.pt/campanhas/apanhados-no-trafico-humano/>

No âmbito da Rede Regional Norte contra o Tráfico de Seres Humanos, foi lançada uma campanha *online*, que reuniu fotografias institucionais e da população em geral, mapeando geograficamente diferentes zonas da região norte do país, por forma a assinalar o Dia Europeu Contra o Tráfico de Seres Humanos.

A Equipa Multidisciplinar Especializada Norte (EME) realizou uma campanha de sensibilização, promotora da sinalização e denúncia de vítimas, sobre o tráfico para fins de exploração sexual, dirigida a taxistas do Grande Porto, através da divulgação de um folheto informativo elaborado para a mesma (150 panfletos impressos e em formato digital via *mailing list*).

A Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos realizou, igualmente, uma campanha *online* através do Facebook, com um conjunto de frases apelando à sinalização do tráfico de seres humanos, que decorreu entre os dias 18 de outubro e 10 de dezembro de 2014.

No âmbito do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, a Equipa Multidisciplinar do Alentejo realizou uma campanha de rua: “Eu digo NÃO ao Tráfico de Seres Humanos”, em Évora.

No dia 30 de Maio de 2014, a Equipa Multidisciplinar Especializada de Lisboa, lançou a campanha “RESERVADO - Em nome de uma vítima de tráfico de seres humanos”, campanha que pretendeu sensibilizar a população para o fenómeno do tráfico apelando à sinalização de vítimas.

Esta campanha englobou:

- O lançamento do vídeo <http://youtu.be/zpHJKDCd0ps>;
- A criação da página www.facebook.com/campanhareservado;
- A distribuição nacional, em serviços públicos e privados, de uma brochura que explica passo-a-passo quais os procedimentos a seguir em caso de sinalização de vítimas de TSH, contendo ainda informações úteis sobre os serviços existentes e números de contato diretos destinados à denúncia de casos suspeitos.

No âmbito do Projeto “TSH: Passa a Palavra” (tipologia 7.3 POPH/QREN) da Associação para o Planeamento da Família (APF) foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- uma campanha de sensibilização sobre o fenómeno do TSH junto à população jovem, durante os 4 dias do Festival Paredes de Coura, através da construção conjunta de quadro outdoor com palavras e slogans alusivos à temática;

- uma campanha *online* " #traficado/a", no Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, na qual a população em geral participou e publicou fotos com cartaz alusivo à campanha.

Em relação a esta medida, a UMAR reportou a Campanha Aqui Estás Segur@ - cartaz "Aqui estás segura/o", produzido em colaboração com a ILGA Portugal, no âmbito do projecto Riim. O cartaz é destinado a pessoas LGBT migrantes, vítimas de tráfico de seres humanos e de violência doméstica, e requerentes de asilo. Foram produzidos 270 cartazes, que têm vindo a ser distribuídos, sobretudo junto de associações com contacto com pessoas migrantes e requerentes de asilo, CNAIs, CLAIIs, órgãos de polícia criminal.

Foi referida igualmente a Campanha ISI Contra a Violência de Género - produzida pelo projeto ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a violência de género, da UMAR, que pretende chamar a atenção da sociedade em geral para a igualdade de género e a violação dos direitos humanos, abordando a temática do tráfico de seres humanos.

No âmbito do Projeto Briseida: "combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral", promovido pela APAV, durante o ano de 2014, foi lançada uma campanha de sensibilização destinada ao público em geral, com a finalidade de promover o conhecimento sobre o TSH e a prevenção de situações de TSH para fins de exploração laboral. A campanha, foi dinamizada em Portugal através da página www.naoaotrafico.pt, apresentou igualmente cartazes que circularam em 21 municípios, de norte a sul do país, e um vídeo amplamente divulgado por diferentes canais de televisão.

- **Medida 2 - Promover ações de sensibilização com vista a alertar para as características das diferentes formas de tráfico de seres humanos.**

Por parte do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), foi referido que organizou uma ação de sensibilização para os utentes do Centro de Acolhimento Temporário para Sem-Abrigo de Xabregas – Exército de Salvação de Lisboa.

No âmbito do projeto ISI – “Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a violência de género”, a UMAR realizou, em 12 de março, a Conferência “ (Des)Igualdades de Género”, na Escola Secundária José Gomes Ferreira (Lisboa), com a presença de 50 alunas e 23 alunos.

Em 10 de maio, realizou-se o seminário final do projeto, na sede nacional da UMAR/Centro de Cultura e Intervenção Feminista (Lisboa), com a presença de 53 pessoas, professores e alunos/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira e utilizadoras das casas de abrigo da UMAR². Em ambos os eventos foi abordada a temática do THS.

A UMAR informou que, no âmbito da intervenção do projeto ISI – Informar e Sensibilizar para a Intervenção contra a violência de género na escola secundária José Gomes Ferreira (Lisboa), se incentivou a realização de vários trabalhos sobre TSH. Alguns destes trabalhos integram o livro/DVD³ final do projeto ISI.

A UMAR participou, em Palermo/Itália, em 2 encontros realizados pela ONG CISS – Cooperazione Internazionale Sud Sud, sobre tráfico de seres humanos (informação, identificação e assistência a vítimas de tráfico).

A Equipa Multidisciplinar Norte da APF realizou 42 ações de sensibilização naquela região, abrangendo 2.047 destinatários diretos⁴.

A Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) Norte, da Associação para o Planeamento da Família (APF), realizou 3 ações dirigidas a 195 alunos/as do ensino básico e secundário de instituições de ensino daquela região.

Ainda no âmbito desta Associação, importa referir que o projeto “Passa a Palavra” realizou 35 ações de sensibilização para 1.271 jovens do ensino secundário da região norte.

² Estiveram presentes 8 docentes (6 mulheres e 2 homens) e 31 discentes (20 alunas e 11 alunos), e 14 utilizadoras das casas de abrigo.

³ Foram produzidos 1000 exemplares.

⁴ 16 ações dirigida a jovens, no âmbito do Dia da Defesa Nacional (Vila Nova de Gaia, Braga, Chaves e Vila Real); 11 ações para a população em geral; 1 ação para utentes do serviço de psiquiatria; 14 ações dirigidas a grupos de técnicos/as de entidades da saúde, segurança social, proteção de menores e ONG.

A Equipa Multidisciplinar Centro da APF realizou 29 ações de sensibilização naquela região, abrangendo um total de 2.782 destinatários diretos⁵.

A Equipa Multidisciplinar de Lisboa realizou 33 ações de sensibilização que abrangeram 1.651 participantes⁶.

A EME Alentejo realizou 45 ações de sensibilização naquela região, abrangendo 1.449 destinatários diretos⁷.

Ainda nesta medida, importa salientar que a OIKOS-Cooperação e Desenvolvimento, com o Projeto “Mãos (re)Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral”, desenvolveu 4 sessões públicas de informação e sensibilização sobre a temática do tráfico, discriminação e exploração laboral, relacionada com vulnerabilidade de género, com a participação de 207 destinatários/as diretos/as.

Ainda no âmbito deste Projeto, a OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento realizou as seguintes atividades:

- Um seminário dedicado ao tema “ Novos Desafios do Tráfico Humano: Exploração na Mendicidade e Coação para a Prática de Delitos: Reconhecer e Intervir “, com a participação de 38 destinatários/as diretos/as;
- Um ciclo de cinema subordinado à temática do tráfico, discriminação e exploração laboral, com a participação de 17 destinatários/as diretos/as.

⁵ 21 ações no Dia da Defesa Nacional (Coimbra, Maceda, Monte Real e Viseu); 1 ação para Profissionais de Saúde em Coimbra; 3 ações para Técnicos (Aveiro, Coimbra e Guarda); 3 ações para Estudantes do Ensino Secundário (Coimbra); 1 ação para Militares da GNR (Coimbra).

⁶ 26 ações no Dia da Defesa Nacional (Queluz, Barreiro, Santa Margarida, Vendas Novas, Alfeite), abrangendo 1.313 jovens; 2 ações de sensibilização sobre TSH dirigidas aos colaboradores da Polícia Municipal (Lisboa), 55 pessoas abrangidas; 2 ações de sensibilização sobre TSH dirigida à população geral (Lisboa), 224 pessoas abrangidas; 3 ações de sensibilização sobre TSH dirigidas a técnicos/as (Lisboa, Amora e Seixal), 59 pessoas abrangidas.

⁷ 2 ações de sensibilização dirigidas a OPC's (Évora); 2 ações dirigidas a técnicos e OPC's (Odemira e Vila Nova de St. André); 1 ação de sensibilização dirigida à população geral (S. Teotónio – Odemira); 39 ações do Dia da Defesa Nacional (Beja, Estremoz e Portimão); 1 Workshop sobre intervenção no âmbito do TSH (Porto).

Através da Unidade de Apoio à Vítima Migrante (UAVM), a APAV dinamizou 4 ações de sensibilização que abordaram as diferentes formas de exploração no âmbito do tráfico de seres humanos, que abrangeram 85 pessoas (comunidade imigrante e profissionais), bem como uma ação de formação que também abordou o TSH (destinada a 22 profissionais de associações de imigrantes, forças policiais, CPCJ e autarquias).

Na região do Algarve, a APAV desenvolveu 2 ações de sensibilização dirigidas à comunidade educativa, que envolveram 40 alunos/as, e 1 dirigida a profissionais, que trabalham diretamente ou indiretamente com o fenómeno do tráfico de seres humanos.

No âmbito do Projeto Briseida: “combate ao tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral”, e já referido na medida anterior, a APAV lançou uma campanha de sensibilização destinada ao público em geral, com a finalidade de promover o conhecimento sobre o TSH e a prevenção de situações de TSH para fins de exploração laboral.

Da parte da Associação O Ninho, foi referido que foram dinamizadas ações dirigidas à sociedade civil e a grupos específicos, com vista a alertar para o fenómeno da exploração sexual, nomeadamente, o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

Assim a Associação O Ninho desenvolveu as seguintes iniciativas:

- 24 Ações junto de diferentes públicos estratégicos: comunidade escolar (ensino secundário e superior), profissionais de saúde, de serviço social e das autarquias;
- Um artigo na Revista da Ordem dos Médicos, com uma tiragem de 40.000 exemplares;
- Produziu, exibiu e difundiu o filme “Caçadores de Anjos”, em formato DVD, com os testemunhos das histórias de vida de mulheres acompanhadas pelo O Ninho, junto de políticos, deputados, poder local, figuras públicas (artistas), Procuradoria-Geral da República, ministérios, sindicatos, ACM (CNAI), ARS, IPSS, OPC (SEF, GNR, PSP e PJ), agentes do sistema educativo (professores universitários e do ensino secundário), agentes do sistema de saúde e profissionais de ação social. O filme “Caçadores de Anjos”, foi igualmente exibido na Festa do Avante e foi nomeado para o XX Festival “Caminhos do cinema Português”.
- Produziu e difundiu roll-up, convites, cartazes, capas e flyers;

- **Medida 3 - Dinamizar ações de sensibilização dirigidas a profissionais da comunicação social dando visibilidade à temática do tráfico de seres humanos.**

A Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) do Norte, da Associação para o Planeamento da Família (APF), realizou, em Braga, uma ação de sensibilização dirigida a profissionais de comunicação social.

A Associação O Ninho referiu que divulgou o filme “Caçadores de Anjos”, com os testemunhos das histórias de vida de mulheres acompanhadas pelo O Ninho, através da sua distribuição em formato DVD junto de profissionais da comunicação social (Ex: Entrevista no programa do Luis Osório “Tanto para conversar (RTP2) e entrevista, com debate e reportagem, no programa Sociedade civil, etc).

- **Medida 4 - Reforçar as ações de fiscalização (incluindo ações conjuntas) com carácter preventivo, com especial enfoque em locais passíveis de exploração de pessoas vítimas de tráfico de seres humanos.**

As diversas entidades do Ministério da Administração Interna (MAI), ou seja, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), envolvidas na execução desta medida, realizaram, autónoma e conjuntamente, várias ações de fiscalização em locais passíveis de se verificar a exploração de tráfico de pessoas. No decurso do ano 2014, efetivaram-se 7218 ações de fiscalização, das quais 1361 foram realizadas conjuntamente.

Concorrendo para esta medida, importa referir que o OTSH cooperou com a Operação ‘AGRISEGUR’ da GNR através do envio de 3.000 cartões de sinalização⁸ e de 140 materiais da campanha nacional (brochuras e posters).

- GNR/Beja – Envio de 400 cartões de sinalização.

- PJ – Envio de 200 cartões de sinalização.

⁸ O Cartão de Sinalização contém informação e indicadores sobre tráfico de seres humanos, com vista a apoiar na sinalização e no encaminhamento de vítimas. O Cartão é dirigido aos OPC, à ACT e às ONG.

- **Medida 5 - Produzir e difundir material informativo, em colaboração com as comunidades imigrantes, em diferentes línguas, para prevenir as diversas formas de tráfico.**

No âmbito da campanha nacional contra o tráfico de seres humanos, foi distribuído, por todos os parceiros do grupo de trabalho do III PNCTSH, material informativo para prevenir as diversas formas de tráfico.

Em relação a esta medida, e ainda decorrente da campanha nacional, importa referir que foram distribuídos cartazes e folhetos da campanha contra o TSH, de 2014, pelos diversos serviços do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), a saber:

- CNAI de Lisboa, Porto e Faro;
- Associações de Imigrantes;
- Rede CLAI;
- Parceiros do ACM.

Foram, também, disponibilizados, em suporte digital, às diversas entidades, os materiais acima referidos.

Em relação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), foram enviados folhetos informativos sobre TSH para os diversos postos consulares.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) intervém a nível da prevenção da ocorrência de crimes, quer seja através de campanhas de sensibilização, ações de formação, construção de materiais didáticos e materiais informativos, entre outras estratégias. No que concerne à informação sobre TSH, a APAV continuou a desenvolver uma campanha de comunicação tendo como base folhetos relativos aos direitos e deveres das vítimas imigrantes e de tráfico humano e um poster, que estão disponíveis em três línguas (português, inglês e russo).

A APAV disponibiliza, por via do seu portal www.apav.pt, um instrumento de divulgação de informações ligadas ao apoio às vítimas de crime. Este site possibilita a todas as pessoas (vítimas de crime, profissionais da área, investigadores, etc) acesso a uma gama de informações relativas a vários tipos de crime, incluído o tráfico de seres humanos.

Paralelamente, a APAV criou mais dois canais de comunicação para as comunidades nas redes sociais:

Facebook (www.facebook.com/APAV.Portugal);

Twitter (http://twitter.com/#!/APAV_Online);

Estas duas ferramentas são diariamente atualizadas com diversas informações, sendo colocadas notícias relativas ao tráfico de seres humanos com frequência.

- **Medida 6 - Dar continuidade ao envolvimento das autarquias na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, através dos planos municipais para a igualdade.**

No âmbito desta medida, importa referir que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) desenvolveu 7 *wokshops* sobre Planos Municipais para a Igualdade, em que a temática do tráfico foi abordada. Esses *workshops* ocorreram em Alfandega da Fé, Figueira da Foz, Madalena do Pico, Mirandela, Monção, Oliveira de Azeméis e Terras de Bouro.

Salienta-se, igualmente que, no âmbito do projeto “Mãos (re)Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral desenvolvido pela ONGD OIKOS, cinco Autarquias estiveram envolvidas na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos. A OIKOS reforçou e manteve as autarquias dos concelhos abrangidos (C.M. Barcelos, CM. Braga, C.M. Guimarães, C.M. Póvoa de Lanhoso e C.M. Vila Nova de Famalicão) na rede de atores locais mobilizados contra o fenómeno do TSH.

- **Medida 7 - Sensibilizar os operadores turísticos para a problemática do turismo para fins sexuais.**

Tratando-se de uma medida a executar durante toda a vigência do Plano, não teve execução em 2014.

- **Medida 8 - Promover workshops de divulgação de boas práticas de responsabilidade social das empresas/organizações, em particular na área da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.**

O Ministério da Economia (Direção-Geral das Atividades Económicas) organizou um *Workshop* no dia 17 de dezembro, intitulado – Boas Práticas de Responsabilidade Social das Empresas – Sensibilização para a Prevenção do Tráfico de Seres Humanos, que contou com a participação de 22 pessoas⁹.

Nos dias 28 e 29 de novembro, a APAV realizou a 2ª reunião de parceiros do Projeto Briseida – “Combate ao TSH para fins de exploração laboral”, na qual esteve presente uma representante do GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), em que foram debatidas estratégias para promover boas práticas na prevenção e no combate ao TSH, no setor privado.

- **Medida 9 - Consolidar a implementação da Aplicação Dinâmica para o conhecimento sobre tráfico de seres humanos.**

O OTSH elaborou um documento metodológico, em articulação com o MJ/DGPJ, com vista a uma análise comparativa dos dois sistemas de recolha de dados estatísticos, tratamento e análise de dados sobre Tráfico de Seres Humanos.

Ainda para o cumprimento desta medida, foi promovida a credenciação de todas as entidades fornecedoras de dados (signatárias do Memorando de Entendimento (MdE)¹⁰) e foram efetuadas 7 ações de formação inicial/contínua dos (as) utilizadores (as) da Aplicação Dinâmica.

⁹ 4 homens e 18 mulheres.

¹⁰ O OTSH assinou o Memorando de Entendimento/Protocolos com as seguintes entidades: Procuradoria-Geral da República, Direção-Geral de Políticas de Justiça, Polícia Judiciária, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto de Segurança Social, Autoridade para as Condições do Trabalho, Organização Internacional das Migrações/Escritório de Lisboa, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Conselho Português para os Refugiados, Agência Piaget para o Desenvolvimento, Associação para o Planeamento da Família, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Serviço Jesuíta aos Refugiados, União de Mulheres Alternativa e Resposta, Instituto de Apoio à Criança, Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, Congregação das Irmãs Adoradoras, Cruz Vermelha Portuguesa, Médicos do Mundo, Associação ComuniDária, Maio Associação pela Igualdade e Exército de Salvação de Lisboa.

- **Medida 10 - Produzir Relatórios estatísticos anuais sobre tráfico de seres humanos.**

O OTSH realizou 4 reuniões com os órgãos de polícia criminal, para validação dos dados e de informação. Foi elaborado igualmente, por parte desta entidade, um relatório anual sobre tráfico de seres humanos e infográfico 2014, assim como 3 relatórios trimestrais.

Ao longo do ano, a Associação para o Planeamento da Família (APF) elaborou 4 relatórios trimestrais, dando conta das atividades desenvolvidas pelas 4 Equipas Multidisciplinares Especializadas Regionais (EME).

Importa igualmente referir que o relatório anual de atividades do Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) da APF é enviado para os parceiros que assinaram o Protocolo de funcionamento daquela estrutura.

Com base nos atendimentos realizados pela Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV), a APAV elabora anualmente as estatísticas com informações detalhadas sobre as várias problemáticas apresentadas pelos/as utentes. Nestes documentos, encontram-se contemplados os dados das vítimas do crime de tráfico de seres humanos, que poderão ser consultados na página www.apav.pt.

No âmbito da ONG “Saúde em Português”, que tem a seu cargo a gestão de o Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) para homens vítimas de tráfico de seres humanos, foram produzidos 2 relatórios trimestrais.

- **Medida 11 - Implementar a Plataforma Europeia de recolha de dados estatísticos (PAN-EUMoSy).**

Esta medida encontra-se prevista para 2015-2017.

- **Medida 12 - Atualizar regularmente a participação portuguesa no Portal Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos.**

O OTSH elaborou a redação de ficha nacional com súmula estatística entre 2008-2013 sobre TSH e foi efetuada a sua disseminação no Portal Europeu.

- **Medida 13 - Inscrever no Portal da Igualdade e no Portal Internet Segura informações diversas sobre o tráfico de seres humanos.**

Esta medida assume-se como uma ferramenta crucial na era das novas tecnologias de informação, através da qual se pode inserir informação contínua, para, desta forma, se chegar a mais pessoas. No âmbito do Portal para a Igualdade, a CIG tem atualizado informação sobre a temática a nível da legislação e de campanhas.

- **Medida 14 - Criar, nos serviços de saúde, um sistema de recolha de informação, tratamento estatístico e de monitorização sobre tráfico de seres humanos.**

Ao longo do ano de 2014, e no âmbito da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, deu-se início ao trabalho para a recolha sistematizada de dados na área da saúde, nomeadamente através da criação de um documento metodológico com o OTSH, que levará à recolha sistematizada de dados sobre TSH.

- **Medida 15 - Organizar uma conferência internacional sobre os novos desafios que se colocam, relacionados com o tráfico de seres humanos, no âmbito da UE.**

Esta medida encontra-se prevista para 2015.

- **Medida 16 – Realizar um estudo sobre as novas formas de tráfico de seres humanos decorrentes da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, nomeadamente para fins de exploração sexual, exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas.**

Esta medida encontra-se prevista para 2016.

- **Medida 17 - Realizar um estudo sobre o recrutamento na Internet e através das redes sociais.**

Esta medida encontra-se prevista para 2015-2017

- **Medida 18 - Garantir o funcionamento e atualização contínua do sítio de internet do OTSH sobre a problemática do tráfico de seres humanos.**

Por parte do OTSH foi desenvolvido um novo site e promovida a disseminação de materiais (como relatórios) e de notícias sobre iniciativas realizadas com vista à divulgação de informação sobre TSH.

No sítio do OTSH (www.otsh.mai.gov.pt) foram disseminadas 90 publicações.

Também através do Facebook o OTSH divulgou 370 publicações¹¹.

- **Medida 19 - Implementar uma unidade vocacionada para a sinalização de vítimas na fase de pré-investigação criminal.**

A Unidade Anti Tráfico de Pessoas (UATP), inserida na Direção Central de Investigação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), aprofundou a sua atividade durante o ano de 2014, dando apoio às iniciativas sobre a matéria, reunindo com outras entidades, indicando situações de TSH em fase pré-inquérito e apoiando as investigações em curso.

Durante o ano, a Unidade Anti Tráfico de Pessoas (UATP) sinalizou, ao Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), 50 vítimas.

Em outubro, foi disponibilizado, no *síte* do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), um campo informativo da Unidade Anti Tráfico de Pessoas (UATP), com textos sobre o tráfico de seres humanos e os contactos disponíveis.

Importa igualmente referir que o projeto de implementação da UATP, «*Anti-Human Trafficking Unit – A victims centred response to humam trafficking*», foi candidatado ao Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade.

¹¹ Com uma média de 141 visualizações por publicação, alcançando 57.208 pessoas. Os visitantes são maioritariamente do sexo feminino (65%), com idades entre os 25 e 44 anos (45%).

Área Estratégica 2 – Educar, Formar e Qualificar

- **Medida 20 – Incentivar a elaboração de projetos sobre as diferentes formas de tráfico de seres humanos.**

O Ministério da Educação e da Ciência (MEC) divulgou o III PNPCTSH junto dos estabelecimentos de educação e ensino, através de um documento informativo, elaborado pela DGE e remetido via 'Área Privativa das Escolas' (via DGEstE). Foi disponibilizada igualmente informação no *site* da Direção Geral da Educação (DGE).

Numa atividade conjunta entre a DGE e a CIG, realizaram-se, em 2014, quatro oficinas de formação para docentes sobre 'Igualdade, Cidadania e Não Discriminação'¹², com 80 formandos. Outras 6 oficinas serão realizadas em janeiro e maio de 2015.

A DGE produziu, também, um folheto sobre tráfico de seres humanos¹³.

A DGE iniciou a concepção de um documento relativo a boas práticas de Educação para a Cidadania, em que está incluído o tema TSH¹⁴. Esta entidade irá igualmente criar um espaço *online* de divulgação e partilha de projetos sobre TSH e dos projetos que constituam boas práticas, os quais serão selecionados para exposição.

A OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento - desenvolveu 3 projetos escolares¹⁵, com o apoio do projeto "Mãos (re) Forçadas Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral".

¹² Com 80 formandos. Outras 6 oficinas serão realizadas em janeiro e maio de 2015.

¹³ A divulgar no início de 2015.

¹⁴ A concluir em 2015.

¹⁵ Envolvendo 121 destinatários/as diretos/as, e 3 escolas do nível secundário.

Foi mantida a parceria constituída, no ano civil anterior, com a Escola Secundária de Barcelinhos (concelho de Barcelos) para a dinamização do projeto escolar “Saber Dizer Sim, Saber Dizer Não”. Foi apresentada, à comunidade extraescolar, uma peça teatral inédita, construída pelos participantes na oficina e na publicação do fanzine “Mãos Reforçadas – Fanzine sobre Tráfico de Seres Humanos – nº 1 – Teatro Comunitário”, em que se editou aquela peça e se descreveu o processo de trabalho que antecedeu a sua construção.

Também no âmbito do mesmo projeto, a OIKOS apoiou a Escola Profissional Cenatex (concelho de Guimarães) e a Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso (concelho da Póvoa de Lanhoso) no desenvolvimento dos projetos escolares “Palavras (es)Forçadas” e “Penumbra: Rostos do Tráfico Humano”.

O projeto “Palavras (es)Forçadas” incluiu a dinamização de uma oficina de escrita criativa sobre a problemática do tráfico, discriminação e exploração laboral, relacionada com a vulnerabilidade de género, e a publicação do fanzine “Mãos Reforçadas – Fanzine sobre Tráfico de Seres Humanos – nº 2 – Escrita Criativa”, em que se editaram os textos elaborados pelos alunos, no decurso daquela oficina, e se descreveu o processo de trabalho que antecedeu a sua construção.

O projeto “Penumbra: Rostos do Tráfico Humano”, desenvolvido pela OIKOS, incluiu a dinamização de uma oficina de artes visuais sobre a problemática do tráfico, discriminação e exploração laboral, relacionada com a vulnerabilidade de género, a elaboração e apresentação ao público de uma exposição artística e a publicação do fanzine “Mãos Reforçadas – Fanzine sobre Tráfico de Seres Humanos – nº 3 – Artes Visuais”, em que se apresentaram as obras que compuseram aquela exposição e se descreveu o processo de trabalho que a antecedeu.

- **Medida 21 – Incentivar a integração de conteúdos disciplinares sobre tráfico de seres humanos nos curricula académicos dos ciclos de estudo.**

Foi reportado pelo Ministério da Educação e da Ciência, que se sensibilizaram as Instituições de Ensino Superior, através do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, para a integração de conteúdos disciplinares sobre tráfico de seres humanos nos curricula académicos dos ciclos de estudo.

A DGES tem estado a trabalhar na promoção de um levantamento do que tem sido feito nas IES, através do CRUP, APESP e CCISP, para que posteriormente seja possível sensibilizar as IES de uma forma mais eficaz.

A Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) Norte, da APF, realizou 3 ações dirigidas a estudantes universitários/as da região norte¹⁶.

Ainda no âmbito das atividades da APF, o projeto "TSH Passa a Palavra" realizou 6 ações de sensibilização¹⁷.

A OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, por via do Projeto "Mãos (re)Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral", publicou (com uma tiragem de 500 exemplares) o material "Kit Pedagógico Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral – Estratégias de (In)Formação, Prevenção e Combate em Contexto Escolar". Este Kit foi constituído por um conjunto de recursos e ferramentas concebidos para aplicação em contexto escolar, que incentivam e facilitam a inclusão do tema do TSH nos currícula do ensino secundário.

- **Medida 22 – Desenvolver ações de formação de magistrados/as.**

No dia 31 de outubro, foi realizado um Colóquio Internacional " *Prevenir e Combater o TSH*", no Auditório do Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Esta formação foi dirigida a juizes, procuradores e outros profissionais da área forense. O objetivo principal foi o intercâmbio de conhecimentos sobre questões relacionadas com o tráfico de seres humanos, numa perspetiva multidisciplinar.

Este Colóquio contou com a presença de Petya Nestorova, Secretária Executiva da Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de seres humanos, e Nicolas Le Coz, Presidente do GRETA.

¹⁶ Abrangendo um total de 96 destinatários/as diretos/as.

¹⁷ Abrangendo 160 jovens do ensino superior, da região norte.

O Centro de Estudos Judiciários (CEJ), juntamente com a ERA (Academy of European Law) e o envolvimento da APAV, organizou o Seminário “Countering Trafficking in Human Beings: towards a more comprehensive approach”, que se realizou nos dias 7 e 8 de abril.

Este Seminário, que contou com a participação do Relator Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos e do Observatório para o Tráfico de Seres Humanos, teve como destinatários os profissionais da área da justiça. Neste evento, foram abordadas diferentes questões relevantes para os profissionais desta área, tais como a perspetiva da investigação criminal e recolha da prova do crime de TSH, a prova no âmbito judicial, a jurisprudência relativa a este crime e também as medidas políticas e legislativas de apoio às vítimas.

- **Medida 23 – Desenvolver módulos formativos para magistrados/as, a disponibilizar online, utilizando as técnicas de formação à distancia.**

Tratando-se de uma medida a executar durante toda a vigência do Plano, não teve execução em 2014, estando prevista no Plano de Atividades para 2015.

- **Medida 24 – Promover a formação inicial e contínua uniforme de todas as forças e serviços de segurança sobre prevenção, investigação e sobre metodologias de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas.**

A Guarda Nacional Republicana (GNR) desenvolveu 6 ações de formação, com um total de 51 horas, dirigidas a Oficiais (Cursos de Formação e Atualização), a Sargentos (Cursos de Promoção) e a Guardas (Cursos de Formação)¹⁸.

Foram ainda proferidas, a nível nacional, 10 Palestras sobre esta temática, também dirigidas a Oficiais, Sargentos e Guardas¹⁹.

A Polícia de Segurança Pública (PSP) realizou 2 cursos de formação de formadores MIPP²⁰, destinado a oficiais e chefes, que integra um módulo dedicado ao Tráfico de Seres Humanos

¹⁸ Do total de 51 horas, 23 horas foram ministradas a 90 Oficiais (Cursos de Formação e Atualização), 14 horas ministradas a 150 Sargentos (Cursos de Promoção) e 14 horas ministradas a 871 Guardas (Cursos de Formação).

¹⁹ Em que estiveram presentes 37 Oficiais, 25 Sargentos e 229 Guardas.

A Polícia Judiciária referiu, ainda, ter sido palestrante em diversas conferências/seminários/jornadas, quer organizadas por si, quer organizadas por outros órgãos de polícia criminal.

A Polícia Judiciária e a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) realizaram diversas reuniões de preparação de módulos de formação para OPC, constituindo um Referencial de Formação – *Olhar comum sobre a Criança – Compromisso (com) sentido*, relativo ao tráfico de seres humanos de crianças. Nestas reuniões participaram, para além da Polícia Judiciária e da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o Instituto de Segurança Social, a Guarda Nacional Republicana, a Direção Geral da Autoridade Marítima e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Posteriormente foi realizada uma formação para elementos das entidades suprarreferidas, que decorreu no 2º semestre²¹. Esta formação irá continuar no decorrer do 1º semestre de 2015.

A Associação para o Planeamento da Família (APF) desenvolveu 1 ação de formação de 30 horas, dirigida a agentes da PSP do Grande Porto, no âmbito de um projeto da tipologia 7.4 do POPH/QREN.

A EME Norte, da APF, em parceria com a CIG, realizou 1 ação de formação, dirigida a militares do exército, em Vila Nova de Gaia, e desenvolveu outra ação de formação, dirigida a militares da GNR de Santo Tirso.

• **Medida 25 – Promover a formação específica dos/as inspetores/as responsáveis do controlo fronteiriço.**

Para o cumprimento desta medida, o SEF, informou que foi elaborado um programa de formação, composto por 3 módulos²².

²⁰ Com um total de 39 formandos/as.

²¹ Que abrangeu 14 turmas, com cerca de 20 formandos cada.

²² A formação deve iniciar-se em 2015.

- **Medida 26 – Promover a formação inicial e ou contínua dos/as inspetores/as das condições de trabalho sobre o tráfico para fins de exploração sexual e laboral.**

Por parte da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), foi referido que os/as inspetores/as do trabalho tiveram, mais uma vez em 2014, uma formação financiada por verbas dos jogos sociais atribuídas pela SEAPI²³. Esta ação focou-se nos instrumentos que os/as inspetores/as laborais têm à sua disposição para usar, quando se deparam com situações de tráfico.

No âmbito do Projeto Briseida: combate ao TSH para fins de exploração laboral, em 2014, a APAV desenvolveu um manual intitulado “Identificação de Vítimas de TSH para fins de Exploração Laboral: Estratégias para Profissionais”, que tem como objetivo capacitar profissionais de diferentes áreas para identificarem, intervirem e encaminharem corretamente potenciais vítimas de TSH para fins de exploração laboral. Este manual tem um capítulo destinado aos/às inspetores/as do trabalho, com estratégias relevantes para a sua área específica de atuação.

- **Medida 27 – Promover a formação inicial e ou contínua de técnicos/as que contactam com a realidade do tráfico de seres humanos, nomeadamente nas áreas sociais e na saúde.**

No âmbito desta medida, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), em colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), desenvolveu diversas ações de formação, dirigidas a 71 profissionais²⁴.

O Ministério da Saúde iniciou a formação às equipas EPVA, da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida ASGVCV, tendo sido realizadas 4 ações de formação inicial na ARS Norte, em outubro de 2014²⁵.

²³ Com efeito, em novembro, 85 inspetores/as tiveram formação ministrada pelo Ministério Público e pelo SEF.

²⁴ Aos/às formadores/as da “Bolsa de Formadores”, no dia 6 junho, com 12 participantes; aos/às técnicos/as do Programa Escolhas, no dia 7 e 10 de outubro, em Lisboa e no Porto, com 27 participantes; aos/às mediadores/as socioculturais do CNAI Lisboa, no dia 10 e 17 de setembro, com 32 participantes.

²⁵ Abrangendo um total de 93 profissionais de saúde. A duração de cada ação foi de 14h.

A Associação para o Planeamento da Família (APF) desenvolveu 1 ação de formação de 30 horas, dirigida a técnicos/as sociais de Instituições do grande Porto, com intervenção na realidade do tráfico de seres humanos (12 técnicos/as), no âmbito de um projeto da tipologia 7.4 do POPH7QREN.

No âmbito do referido Projeto Briseida: combate ao TSH para fins de exploração laboral, o manual desenvolvido pela APAV - "Identificação de Vítimas de TSH para fins de Exploração Laboral: Estratégias para Profissionais"-, tem capítulos destinados a profissionais das áreas social e da saúde, com estratégias relevantes para as suas áreas específicas de atuação.

Os Técnicos de Apoio à Vítima (TAV), que colaboram com a APAV, também recebem formação contínua sobre TSH, possibilitando a identificação de potenciais vítimas, que entrem em contacto com os 15 Gabinetes de Apoio à Vítima que compõem a rede da APAV. Esta iniciativa da APAV também concorre para a execução da medida 28.

Em relação à Associação O Ninho, foram ministradas 6 ações de formação inicial e contínua aos seus técnicos/as, bem como aos/as técnicos/as afetos ao Projeto "Falar Claramente sobre Violência de Género", com a finalidade de os/as capacitar, dotando-os de novas metodologias de intervenção junto de mulheres que se encontram numa situação de prostituição, nomeadamente, mulheres traficadas para fins de exploração sexual.

- **Medida 28 – Promover a formação de técnicos/as de organizações da sociedade civil com intervenção junto de vítimas de tráfico de seres humanos.**

Oito técnicos/as do Instituto de Apoio à Criança (IAC) receberam formação na área do TSH, através da frequência de uma ação de formação com a duração de 24 horas.

A ONG "Saúde em Português" desenvolveu uma Ação de sensibilização, em Aveiro, para a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH, em colaboração com a APF Centro.

A Associação O Ninho desenvolveu 7 Ações de formação em estabelecimentos de ensino superior do distrito de Lisboa e uma ação de formação no Círculo de Espiritualidade e Cultura.

- **Medida 29 – Promover a formação em tráfico de seres humanos das/os conselheiras/os locais para a igualdade, dos/as trabalhadores/as da administração local e outros/as agentes locais.**

Nesta medida, e por via do desenvolvimento de planos municipais, importa realçar que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) introduziu a temática do tráfico de seres humanos nas ações de formação que tem desenvolvido para as/os Conselheiras/os Autárquicos/as.

Assim, durante o ano, a CIG organizou 2 ações de formação dirigidas a Conselheiras/os nas quais a temática do tráfico de seres humanos foi abordada. Estas ações ocorreram em Vila Real e Ovar²⁶.

- **Medida 30 – Promover a formação dos/as utilizadores/as da Aplicação Dinâmica para o Conhecimento sobre tráfico de seres humanos.**

Para a concretização desta medida, importa referir que o OTSH realizou 7 ações de formação, para promover a formação dos/as utilizadores/as da Aplicação Dinâmica para o Conhecimento sobre tráfico de seres humanos. Em Lisboa foram realizadas 4, em Coimbra 1, no Porto 1 e em Beja 1²⁷.

- **Medida 31 – Realizar seminários formativos dirigidos a profissionais e organizações, com vista à reflexão e discussão das melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos.**

No âmbito das atividades definidas pela Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico RAPVT, foram realizadas 5 ações formativas, dirigidas a profissionais e organizações, com vista à reflexão e discussão das melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos. As ações foram realizadas entre outubro e novembro, nas cidades de Bragança,

²⁶ Contaram com a participação de cerca de 60 pessoas.

²⁷ Total de formandos: 59, oriundos dos OPC, ONG e outras entidades.

Guarda, Portalegre, Beja e Évora e contaram com a participação da CIG, do OTSH, das Equipas Multidisciplinares Especializadas e da Saúde em Português²⁸.

A OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, no âmbito do projeto “Mãos (re)Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral, realizou um seminário dedicado ao tema “Novos Desafios do Tráfico Humano: Exploração na Mendicidade e Coação para a Prática de Delitos: Reconhecer e Intervir” dirigido aos intervenientes considerados estratégicos para o reconhecimento, identificação, denúncia e encaminhamento de potenciais situações de tráfico para mendicidade ou exploração de atividades criminosas, nomeadamente membros das Forças e Serviços de Segurança.

Por parte da UMAR, foi reportado que participou em 2 *workshops* no âmbito do projeto CONNECT - Combat Organized crime's Networks and Expand Countries' Ties: Enhancing horizontal cooperation among Italy, Portugal and Romania in human trafficking (coordenado pela ONG italiana CISS e que tem a UMAR e a Fundatia Pro Prietenia Arad/Roménia como parceiras).

O primeiro *workshop* “Exchange of good practices in monitoring system” foi realizado em Lisboa, nos dias 23 e 24 de Julho, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro dos Direitos Sociais e do OTSH. Contou com a participação de 77 pessoas (12 de Itália, 50 de Portugal e 15 da Roménia). Foi organizado pela UMAR no âmbito da parceria desse projeto.

Posteriormente foi realizado outro *workshop* “Best practices on assistance and protection of victims of human trafficking”, que ocorreu em Timisoara/Roménia, nos dias 24 e 25 de Setembro²⁹.

A Associação O Ninho promoveu um seminário “Dar voz ao silêncio”, dirigido a profissionais e organizações, com vista à reflexão e discussão das melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos.

²⁸ Estas ações abrangeram um número total de 66 profissionais (18 do sexo masculino e 48 do sexo feminino).

²⁹ Este evento contou com a presença de 17 participantes de Portugal (APF, OIKOS, PJ, CML, APAV, CIG, ComuniDária, PGR, Saúde em Português, O Ninho, IAC, SEF, UMAR), 12 de Itália e 58 da Roménia num total de 87 pessoas.

- **Medida 32 – Criar, fomentar e acompanhar redes de boas práticas de responsabilidade social das empresas, para que se promova uma cultura de melhores práticas entre diferentes empresas/organizações.**

No âmbito do Grupo de Trabalho da RSO PT (Rede de Responsabilidade Social) realizaram-se reuniões entre a CIG e esta Rede, para análise da integração da perspetiva do tráfico de seres humanos.

Área estratégica 3 – Proteger, Intervir e Capacitar

- **Medida 33 – Incentivar projetos na área da proteção e da assistência a vítimas de tráfico de seres humanos que promovam a sua integração.**

No âmbito do POPH, e ao nível das 3 regiões (Algarve, Lisboa e Convergência), importa referir os seguintes dados relacionados com projetos de formação na área do tráfico de seres humanos:

TOTAL 3 REGIÕES	2014
N.º de projetos executados em TSH	7
N.º de ações executadas em TSH	13
N.º de formandos elegíveis em TSH	176
N.º de formandos elegíveis em TSH (H)	107
N.º de formandos elegíveis em TSH (F)	69

Ainda nesta medida, salienta-se que uma equipa multidisciplinar foi criada pela ONG "Saúde em Português", para apoiar as vítimas de tráfico de seres humanos do sexo masculino.

Também as 4 EME (Equipas Multidisciplinares Especializadas) tinham sido criadas em novembro de 2012, em resultado de candidaturas ao POPH.

Com o fim desses projetos, em janeiro 2014, estas quatro equipas passaram a ser apoiadas financeiramente, através de verbas dos jogos sociais afetas à área da Igualdade.

No decurso do ano de 2014, foi criado um novo centro de acolhimento e proteção (CAP) para vítimas de tráfico, elevando para 3 os centros de acolhimento e proteção existentes, com um total de 20 vagas. Este novo centro, que se destina a acolher mulheres vítimas de tráfico de seres humanos e os/as seus/suas filhos/as, é gerido pela APAV,

Por parte do OTSH, foi promovida a divulgação restrita (entidades parceiras do OTSH) e alargada (site e redes sociais):

- Formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da Prevenção, Sensibilização e Combate ao TSH e no Apoio às suas Vítimas (30h) – Câmara Municipal de Loures – no âmbito da candidatura efetuada ao POPH, medida 9.7.4., Projetos de Formação para Públicos Estratégicos, pela empresa Euroconsult.
- Projeto/serviço “Restabelecimento de 4 laços Familiares”, da Cruz Vermelha – alargado a situações de migrações forçadas onde o TSH poderá ser incluído.
- Fundos no âmbito do Programa “Cidadania Ativa – EEE Grants” .

Importa igualmente referir que o OTSH promoveu a disseminação do Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade 2014, da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, que sob o patrocínio da Presidência Italiana teve como tema “Prevenção do TSH”. Neste sentido, a Chefe de Equipa do OTSH participou (na qualidade de Ponto de Contacto junto da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade) no júri de seleção do candidato nacional, tendo participado, ainda, na Conferência de Boas Práticas e atribuição do Prémio Europeu, em Roma.

Por parte da Associação O Ninho foi referida a conclusão, continuidade e sustentabilidade das atividades de intervenção do Projeto “Falar Claramente Sobre Violência de Género”:

- Intervenção de rua, através do método de proximidade, com contactos sistematizados junto de vítimas no meio prostitucional, estabelecendo relações empáticas que possibilitem experiências reparadoras positivas de valorização, empoderamento e de inclusão;
- Intervenção, divulgação dos apoios existentes e sensibilização a mulheres prostituídas e vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, que se encontrem em casas fechadas (bordéis, pensões, apartamentos, hotéis, casas de massagem), com uma metodologia de contacto, feita através do envio de SMS para os contactos telefónicos disponibilizados no jornal diário de maior tiragem nacional e o que contém o maior número de anúncios inseridos na secção de convívio;
- Produção e entrega de forma sistematizada de cartões a mulheres exploradas sexualmente, nomeadamente mulheres traficadas para fins de exploração sexual, com a finalidade de informar, ajudar e capacitar/empoderar as vítimas (em Português, Inglês e Romeno).

- **Medida 34 – Apoiar equipas locais multidisciplinares que prestem assistência especializada às vítimas das várias formas de tráfico de seres humanos.**

A Polícia Judiciária (PJ) trabalhou em estreita colaboração com as Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME), nomeadamente através de aconselhamento e de indicação de estratégias a adotar aquando da deteção ou sinalização de potenciais vítimas de TSH, ou de situações que configurem a prática do crime de TSH.

Durante 2014, a APF teve em funcionamento 4 Equipas Regionais Especializadas de Apoio a Vítimas de TSH: Norte, Centro, Lisboa e Alentejo.

A EME Norte deu assistência a 13 sinalizações de vítimas de TSH confirmadas³⁰. A mesma EME procedeu a 19 processos de apoio técnico, em sinalizações de vítimas não confirmadas como tráfico de seres humanos.

Participou igualmente em 2 operações policiais, a saber:

- Operação “Portugal Total”, em parceria com a PJ Porto e PJ Algarve, a qual decorreu durante 2 dias, nas regiões do Alentejo e Algarve;
- Operação “Ouriço”, em parceria com o SEF Porto, a qual decorreu em Bragança, e nas quais a EME Norte realizou in loco atendimento a presumíveis vítimas.

A EME Centro deu a assistência a 10 sinalizações de vítimas de TSH confirmadas³¹.

Houve 3 processos de apoio técnico em sinalizações.

A EME Lisboa deu a assistência a 4 sinalizações de vítimas confirmadas³².

Houve 3 processos de apoio técnico a sinalizações de vítimas não confirmadas como TSH.

A EME Alentejo deu assistência a 8 sinalizações de vítimas de TSH confirmadas³³.

³⁰ 8 do sexo masculino e 5 do sexo feminino; das quais 4 portuguesas, 1 nigeriana, 3 romenas, 5 búlgaras; 9 para exploração laboral, 2 para exploração sexual e 2 para mendicidade forçada.

³¹ 6 do sexo feminino e 4 do sexo masculino; 4 romenas e 6 portuguesas; 7 para exploração laboral e 3 para exploração sexual.

³² 4 do sexo feminino; 2 nigerianas, 1 de Serra Leoa e 1 romena; 3 para exploração sexual e 1 para exploração sexual/laboral.

Houve 5 processos de apoio técnico em 3 sinalizações não confirmadas e 2 reencaminhadas para outra equipa com resposta geograficamente adequada.

Esta equipa participou na operação “Portugal Total”, em parceria com a PJ, a qual decorreu durante 2 dias, nas regiões do Alentejo e Algarve.

Assim, no total, durante o ano de 2014, as 4 EME da APF prestaram assistência a 35 vítimas de TSH confirmadas (18 do sexo masculino e 17 do sexo feminino; 24 para exploração laboral, 8 para exploração sexual, 1 para exploração sexual e laboral e 2 para exploração da mendicidade).

A APAV aposta no trabalho multidisciplinar das suas equipas de Técnicos de Apoio à Vítima (TAV), permitindo proporcionar às vítimas de tráfico uma resposta mais eficaz e adequada às suas necessidades. Para o efeito, a rede da APAV conta com uma equipa permanente composta por técnicos com formação nas áreas da área social, psicologia e direito, que recebem formação sobre o TSH, contando ainda com uma bolsa de técnicos tradutores fluentes em línguas diversas, o que possibilita a realização de atendimentos de utentes estrangeiros que não dominem a língua portuguesa.

Paralelamente, a equipa do CAP-SUL, gerido pela APAV, participou em diversas iniciativas de formação contínua ao longo do ano de 2014, com o objetivo de aprimorar a sua intervenção junto das vítimas acolhidas.

Por parte do OTSH, e no sentido de apoiar o trabalho destas equipas, importa referir o envio de cartões de sinalização³⁴:

- 1.500 para o ACM (Técnicos do CNAI de Lisboa, Porto e Faro / Técnicos dos CLAII / Associações de Imigrantes reconhecidas pelo ACM / Técnicos do projeto de Mediadores Interculturais nos Serviços Públicos / Técnicos do Projeto Escolhas)
- 50 para o Instituto de Apoio à Criança
- 800 para os Centros de Acolhimento e Proteção
- 900 para as Equipas Multidisciplinares Especializadas

³³ 6 do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 7 romenas e 1 búlgara; todas para exploração laboral.

³⁴ Ver nota 8.

- **Medida 35 – Assegurar e acompanhar o funcionamento dos Centros de Acolhimento e Proteção (CAP) que apoiem vítimas de tráfico.**

Durante o ano de 2014, o CAP da APF acolheu 8 novas vítimas do sexo feminino³⁵.

Das vítimas acolhidas, 3 tinham sido vítimas de exploração sexual, 2 de exploração laboral, 1 de exploração laboral e sexual e 1 relacionada com mendicidade forçada.

Durante o ano de 2014, estiveram acolhidas 12 utentes.

O CAP recebeu ainda 26 sinalizações de vítimas que não necessitaram de acolhimento, mas às quais deu apoio técnico.

Desde Março de 2014, o CAP-SUL da APAV apoiou um total de 7 vítimas do sexo feminino³⁶, sendo que 6 permaneceram em acolhimento e 1 das vítimas, por questões de segurança, foi encaminhada para outro CAP.

Das vítimas acolhidas, 1 tinha sido vítima de exploração laboral e 4 de exploração sexual.

Neste sentido, o CAP-SUL providenciou diferentes apoios de forma a garantir a segurança e proteção das mulheres vítimas de TSH, acompanhadas ou não de crianças, nomeadamente: alimentação, apoio médico, serviço de tradução, apoios especializados (psicológico, jurídico e social), aulas de português, assim como um conjunto de competências pessoais e sociais de forma a garantir que as vítimas conseguissem reorganizar o seu projeto de vida em Portugal ou no seu país de origem.

Durante o ano de 2014, o CAP gerido pela Saúde em Português acolheu 13 vítimas do sexo masculino³⁷, providenciando apoio médico, jurídico, social, psicológico e apoio no retorno assistido.

Todos os homens acolhidos tinham sido vítimas de tráfico para exploração laboral.

O CAP recebeu 24 sinalizações de vítimas que não necessitaram de acolhimento, mas às quais deu apoio técnico.

³⁵ 7 mulheres e 1 criança; sendo 4 romenas, 2 portuguesas, 1 búlgara e 1 nigeriana.

³⁶ 5 mulheres e 2 crianças; 4 senegalesas, 1 romena e 2 búlgaras.

³⁷ 9 portugueses, 1 angolano, 2 romenos e 1 búlgaro.

- **Medida 36 – Adotar requisitos especiais e de exceção para a qualificação profissional de vítimas de tráfico de seres humanos.**

Tratando-se de uma medida a executar durante toda a vigência do Plano, não teve execução em 2014.

- **Medida 37 – Garantir o acesso prioritário das vítimas de tráfico ao apoio ao retorno voluntário.**

Por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), foram realizadas duas reuniões com a OIM para garantir a execução da medida. Apesar de o acesso prioritário das vítimas ao programa retorno já estar previsto, importando contudo desenvolver as medidas de assistência, que sejam adequadas a cada caso.

O SEF participou ainda na reunião nacional dos parceiros do projeto europeu CARE (Apoio ao Retorno e Reintegração de Vítimas de Tráfico).

A ONG “Saúde em português” procedeu ao apoio no retorno assistido a 1 vítima do sexo masculino, recorrendo aos seus próprios fundos. As restantes situações de retorno que se verificaram, de vítimas acolhidas noutros CAP, foram apoiadas pelas embaixadas dos países de origem dessas vítimas, nomeadamente da Roménia e da Bulgária, cuja intervenção ocorreu na sequência de diligências realizadas pelos respetivos Relatores Nacionais desses países.

- **Medida 38 – Criar um Manual de Boas Práticas para utilização por parte das organizações governamentais e não-governamentais que prestem apoio a vítimas de tráfico.**

Esta medida tem como objetivo uma atualização dos mecanismos de referenciação nacional, ao nível da sinalização, identificação e integração das vítimas de tráfico.

Para o cumprimento da mesma, foram identificados um conjunto de ferramentas elaboradas no âmbito de um projeto internacional “Development of Common Guidelines and procedures on identification of victims of human”.

Procedeu-se, posteriormente, à tradução e adaptação dos materiais resultantes desse projeto³⁸:

- **Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos - Orientações para a Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos em Portugal, que inclui:**

- Ferramenta prática para sinalização das vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral;
- Ferramenta prática para sinalização das vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual;
- Ferramenta prática para sinalização das vítimas de tráfico de seres humanos para mendicidade forçada e atividades ilícitas;
- Fluxograma.

Com todo este acervo de publicações, que foram já distribuídas por todas as entidades que intervêm nesta área, Portugal dispõe atualmente de um mecanismo suficientemente abrangente e completo no que diz respeito à sinalização e referenciação de vítimas de tráfico de seres humanos.

Importa igualmente realçar que, para reforçar o quadro de intervenção nesta área, foram traduzidas, adaptadas e publicadas algumas ferramentas da UNODC³⁹:

- Revisão técnica da Lei Modelo contra o Tráfico de Seres Humanos – UNODC;
- Quadro Internacional de Ação Para Implementação do Protocolo Relativo ao Tráfico de Seres Humanos.

De assinalar que a execução desta medida está calendarizada apenas para 2015.

- **Medida 39 – Implementar uma notificação em diversas línguas com informação sobre o período de reflexão para distribuição às vítimas sinalizadas.**

O SEF criou uma notificação sobre o período de reflexão que foi traduzida em inglês e em francês. Os procedimentos de atuação foram acertados ao nível do MAI (SEF, GNR, PSP), em reunião realizada em 21/10/2014.

³⁸ Estes materiais tiveram uma tiragem de 3250 exemplares.

³⁹ Estes materiais tiveram uma tiragem de 2500 exemplares.

- **Medida 40 – Elaborar materiais informativos dirigidos às vítimas de tráfico relativos aos seus direitos e em particular sobre os procedimentos a adotar para aceder à indemnização devida a vítimas de crimes violentos.**

O grupo de trabalho da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT) produziu uma brochura sobre os direitos das vítimas, em especial os relativos à sua compensação⁴⁰.

A UMAR procedeu à divulgação, durante o ano de 2014, da brochura “COMP.ACT_ Orientações sobre representação de pessoas traficadas em pedidos de indemnização” (um produto do projeto COMP.ACT), desenvolvido pela La Strada International e a organização não governamental Anti-Slavery e traduzida para português no âmbito do projeto RiimM.

- **Medida 41 - Desenvolver protocolos de atuação destinados à prevenção, deteção e proteção das crianças vítimas de tráfico.**

Conforme está explicitado na Medida 30, procedeu-se à revisão e atualização do modelo de sinalização, identificação e integração de vítimas de TSH, no âmbito da adaptação à realidade portuguesa da publicação do sistema de referenciação nacional. Nesse sentido, os procedimentos relacionados com menores foram igualmente objeto de uma atualização.

- **Medida 42 - Implementar protocolos de atendimento estandardizados para vítimas de violência, incluindo tráfico de seres humanos – rastreio, diagnóstico, encaminhamento e intervenção em toda a rede hospitalar e cuidados de saúde primários.**

Para a execução desta medida, importa referir que o Ministério da Saúde elaborou e divulgou o Manual de Boas Práticas – “Violência Interpessoal – Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde”, que contém componente teórica e fluxogramas de atuação. Este Manual

⁴⁰ Desta brochura foram elaborados 3250 exemplares.

está a ser utilizado como base das ações de formação inicial das equipas EPVA, realizadas no 2º semestre. Salienta-se o facto das equipas EPVA incluírem elementos comuns aos N(H)ACJR.

Área Estratégica 4 – Investigar Criminalmente

- **Medida 43 – Reforçar a coordenação entre as estruturas nacionais de combate ao TSH e partilha de informações.**

A PJ solicitou, junto do Ministério da Justiça, do Ministério da Administração Interna e da Procuradoria Geral da República, um impulso interno que concretize uma melhor articulação e cooperação mútua entre OPC (máxime PJ e SEF), no âmbito do combate ao TSH. Tendo sido sugerido que, numa fase inicial, fossem realizadas reuniões periódicas de coordenação e, num estágio mais avançado, passassem a ser realizadas investigações conjuntas dirigidas pelo Ministério Público. Esta iniciativa cumpre também a medida 45.

No âmbito desta medida, foram realizadas 2 reuniões entre os Órgãos de Polícia Criminal, onde se trocaram informações, ao nível da prevenção e do combate ao TSH.

Através da Unidade Anti Tráfico de Pessoas (UATP), o SEF tem mantido uma ativa troca de informação com as demais entidades envolvidas no combate ao TSH.

- **Medida 44 – Criar um manual de boas práticas para a investigação criminal do tráfico de pessoas.**

O desenvolvimento de metodologias comuns de ação para intervenção em situações de tráfico de seres humanos, e de mecanismos de comunicação a estabelecer entre todos os agentes, reveste-se da maior importância para um combate eficaz a este flagelo, nomeadamente na área da investigação criminal.

Nesse sentido, o grupo de trabalho da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT), traduziu, adaptou e publicou uma ferramenta da UNODC - “Kit de Intervenção Imediata para

Órgãos de Polícia Criminal em Situações de Tráfico de Seres Humanos⁴¹-, que se pode revelar extremamente útil no combate a esta realidade. Esta ferramenta foi revista e validada efetuada pela PJ e pelo SEF.

- **Medida 45 – Incentivar a articulação e cooperação mútua entre os órgãos de polícia criminal no exercício das suas atribuições em matéria de tráfico de seres humanos.**

O SEF referiu que foram mantidos contactos, em termos de cooperação e planeamento, assim como troca de informação entre os vários órgãos de polícia criminal.

Nesse sentido, importa igualmente salientar que a iniciativa referida na medida 43 (solicitação, junto das tutelas do Ministério da Justiça, do Ministério da Administração Interna e da Procuradoria Geral da República, de que fosse promovido um impulso interno concretizador de uma melhor articulação e cooperação mútua entre OPC) concorre para esta medida.

- **Medida 46 – Desenvolver mecanismos tendentes à melhoria da cooperação internacional na vertente policial.**

Em relação a esta medida, o SEF referiu que foi estabelecida cooperação policial, através da Europol, em diversas investigações em curso, nomeadamente, através da troca de informação e da realização de reuniões de trabalho, envolvendo peritos.

A operação NAIRA, resultante de uma investigação do SEF, motivou duas reuniões operacionais na sede da Europol.

De assinalar que a execução desta medida está calendarizada apenas para 2015 e 2017.

⁴¹ Esta ferramenta teve uma tiragem de 2500 exemplares.

- **Medida 47 – Tornar obrigatória a comunicação ao OTSH das decisões judiciais relativas a processos-crime por tráfico de pessoas.**

Em relação a esta medida, cuja execução está calendarizada para 2014 e 2015, importa referir que ocorreram reuniões de trabalho no OTSH, com a participação da Procuradoria-Geral da República (PGR), Polícia Judiciária (PJ) e SEF, no sentido de elaborar uma proposta de alteração do Decreto-lei 229/2008, de 27 de novembro, para tornar obrigatória a comunicação ao OTSH das decisões judiciais relativas a processos-crime por TSH.

Área Estratégica 5 – Cooperar

- **Medida 48 – Organizar encontros de reflexão e de troca de boas práticas entre os diversos agentes nacionais e internacionais no âmbito da prevenção e investigação criminal sobre tráfico de seres humanos.**

Importa referir que, decorrente do *Follow-up* relativo ao relatório do grupo GRETA relacionado com a implementação da Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de seres humanos, ocorreu uma Mesa redonda, no dia 30 de outubro, entre representantes do Conselho da Europa e todas as instituições relevantes na área do combate ao tráfico de seres humanos (mais concretamente, os/as representantes da Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico – RAPVT). Este encontro teve como objetivo encontrar formas de articular e desenvolver iniciativas relacionadas com o tráfico de seres humanos entre Portugal e o Conselho da Europa.

No âmbito desta medida, o SEF referiu que foram realizadas duas conferências sobre esta temática.:

- A primeira ocorreu em Beja, em abril, subordinada ao tema: «Novos Fluxos Migratórios e Tráfico de Pessoas»;
- A segunda conferência ocorreu em Lisboa, no dia 21/05/2014, subordinada ao tema: «Tráfico de Pessoas e Criminalidade Transnacional».

Por parte da UMAR, foi reportado que participou em 2 *workshops* no âmbito do projeto CONNECT - Combat Organized crime's Networks and Expand Countries' Ties: Enhancing horizontal cooperation among Italy, Portugal and Romania in human trafficking (coordenado pela ONG italiana CISS e que tem a UMAR e a Fundatia Pro Prietenia Arad/Roménia como parceiras).

O primeiro *workshop* “Exchange of good practices in monitoring system” foi realizado em Lisboa, pela UMAR, nos dias 23 e 24 de Julho, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro dos Direitos Sociais e do OTSH. Contou com a participação de 77 pessoas⁴².

Posteriormente, foi realizado outro *workshop* “Best practices on assistance and protection of victims of human trafficking”, que ocorreu em Timisoara/Roménia, nos dias 24 e 25 de Setembro. Este evento contou com a presença de 87 pessoas⁴³.

- **Medida 49 – Desenvolver projetos com vista a promover a cooperação nacional e internacional na vertente de prevenção, proteção e apoio a vítimas de tráfico de seres humanos.**

A CIG é parceira do Projeto CARE, financiado pelo “EU Return Fund”, cuja entidade coordenadora é a missão da OIM em França, envolvendo os seguintes países: Áustria, Espanha, Portugal, Inglaterra e França.

Este projeto, que tem a duração de 24 meses, pretende apoiar cerca de 130 vítimas do tráfico (incluindo 10 menores), que optem pelo regresso voluntário de países da União Europeia (UE) aos seus países de origem, fora do espaço Comunitário.

Esse apoio pretende ser individualizado e adaptado às três fases do retorno: antes da partida, após chegada ao país de origem e a respetiva reintegração.

No âmbito do projeto de disseminação do “Manual contra o TSH para Profissionais do Sistema de Justiça Penal” (UNODC) o OTSH, a convite da UNODC, apoiou a ação de formação em Cabo Verde (julho) - consolidação do programa formativo, com o envio dos materiais formativos (módulos públicos e reservados), e formadores nacionais (perita convidada pelo OTSH e representante do SEF/Unidade Anti Tráfico).

O OTSH, a convite da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça brasileiro, apoiou a ação de formação em Brasília (novembro), através do envio dos materiais formativos (módulos

⁴² 12 de Itália, 50 de Portugal e 15 da Roménia.

⁴³ 17 participantes de Portugal (APF, OIKOS, PJ, CML, APAV, CIG, ComuniDária, PGR, Saúde em Português, O Ninho, IAC, SEF, UMAR), 12 de Itália e 58 da Roménia.

públicos e reservados) e na mediação com os 2 formandos nacionais convidados (representante do SEF/Unidade Anti Tráfico e representante do CAP/APF).

O OTSH apresentou uma candidatura ao fundo especial da CPLP para a implementação de uma Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao TSH para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em São Tomé e Príncipe⁴⁴.

Esta entidade coordena ainda o Projeto Europeu "Towards a Pan European Monitoring System on Trafficking in Human Beings" - implementação nos países parceiros (Portugal, Áustria, Bulgária e Chipre) de um sistema de monitorização comum para a partilha de informação e conhecimento.

Este sistema contempla uma base de dados e uma plataforma de análise territorial.

Ainda para a concretização desta medida, o OTSH firmou os seguintes Protocolos:

- Protocolo com o Exército de Salvação de Lisboa (objetivo: recolha de dados de vítimas sinalizadas por esta instituição);
- Protocolo com o Ministério da Segurança da Bósnia-Herzegovina – no âmbito do Projeto Europeu "Towards a Pan European Monitoring System on Trafficking in Human Beings" (objetivo: observadores do projeto com vista a uma futura incorporação).

Em 2014, a APAV deu continuidade ao Projeto Brisida: combate ao TSH para fins de exploração laboral, um projeto cofinanciado pela Comissão Europeia (DG Assuntos Internos|ISEC|Programa Prevenir e Combater a Criminalidade), que envolve os seguintes parceiros nacionais e europeus: SEF, ACT, OTSH, CGTP, La Strada International, Tavistock Institute (Inglaterra), The Crime Victim Compensation and Support Authority (Suécia), Soros Foundation (Roménia).

Este projeto tem como objetivo envolver o setor privado na prevenção, identificação e combate ao TSH para fins de exploração laboral, nos quatro países envolvidos (Portugal, Inglaterra, Suécia e Roménia), que têm trabalhado em conjunto.

Adicionalmente, a APAV e a UMAR fazem parte da EU Civil Society Platform on THB, uma plataforma dinamizada pela Comissão Europeia, que reúne organizações da sociedade civil da UE e de alguns países terceiros, e que tem como objetivo fomentar o trabalho conjunto e a cooperação destas instituições no apoio às vítimas de TSH. No ano de 2014, estas instituições

⁴⁴ Esta candidatura foi aprovada já em 2015.

estiveram presentes em duas reuniões da plataforma e participaram da plataforma digital criada para facilitar a comunicação e a cooperação das diversas instituições envolvidas.

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) está a participar num projeto transnacional com foco na prevenção de TSH: European Cross-Actors Exchange Platform for Trafficked Children on Methodology Building for Prevention and Sustainable Inclusion – CATCH & SUSTAIN, tendo em vista a criação de um programa de prevenção de tráfico de crianças direcionado para intervenientes sociais e crianças em risco de TSH.

- **Medida 50 – Participar ativamente na prioridade da UE para o combate ao tráfico de seres humanos.**

Importa referir nesta medida a participação do Relator Nacional e do OTSH em duas reuniões no âmbito do Grupo Informal de Relatores Nacionais e Mecanismos Equivalentes / Comissão Europeia.

O OTSH participou na Conferência de Boas Práticas/Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade 2014 que, sob os auspícios da Presidência Italiana, teve como tema “Prevenção do TSH”.

O Ministério da Administração Interna (MAI) participou em 3 reuniões EMPACT (European Multidisciplinary Platform against Criminal Threats), realizadas na sede da Europol, com os demais parceiros europeus.

Aderiu igualmente ao Projeto ETUTU (sobre tráfico de nigerianas), coordenado pela Alemanha, com participação ativa na operação europeia, realizada em 11/06/2014, e participou na reunião do projeto, realizada em Madrid, em finais do ano.

Em relação à Polícia Judiciária (PJ), importa salientar que foi nomeado, no início do ano, um Inspetor Chefe como perito do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos da C.E.P.O.L., para efeitos da uniformização da formação a ministrar na área do combate ao TSH às forças e serviços de segurança de todos os Estados Membros (também cumpre as medidas 24,44,45,46 e 48).

A Polícia Judiciária (PJ) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) realizaram 2 reuniões de coordenação e cooperação de âmbito estratégico e operacional e, posteriormente, com todas as Forças e Serviços de Segurança no âmbito do SGSSI, tendentes à preparação e ao "*debriefing*" da reunião de 22 e 23 de Abril, ocorrida na sede da Europol, em Haia, e com a presença de todos os Estados Membros, relativa à prioridade MASP de Tráfico de Seres Humanos (também cumpre as medidas 43, 45, 46 e 48).

A PJ reportou igualmente ter participado numa reunião, que decorreu nos dias 8 e 9 de outubro, na sede da Europol, em Haia, e com a presença de representantes de outras Forças de Segurança portuguesas e de representantes de todos os Estados Membros, relativamente ao Combate ao Tráfico de Seres Humanos, no âmbito do "Project EMPACT (cumpre também as Medidas 43, 45, 46 e 48).

Por fim, salienta-se igualmente a participação da PJ no "3rd Global Trafficking in Human Beings Conference", que decorreu em Lyon, na sede da Interpol, nos dias 12 a 14 de novembro, e num simpósio subordinado ao tema "Trafficking in Human Beings for the Purpose of Organ Removal", no âmbito do Projeto Hott, que decorreu no dia 21 de Novembro, na sede da Europol, em Haia – Holanda, e com a presença de representantes de outras Forças de Segurança portuguesas e de representantes de todos os Estados Membros (cumpre também as Medidas 43, 45, 46 e 48).

- **Medida 51 – Reforçar os mecanismos de referência nacionais e transnacionais na área do tráfico de seres humanos junto dos países da CPLP.**

Para a concretização desta medida, vide informação constante na medida 49 - "Desenvolver projetos com vista a promover a cooperação nacional e internacional na vertente de prevenção, proteção e apoio a vítimas de tráfico de seres humanos" – relacionada com as ações desenvolvidas em Cabo-Verde, Brasília e São Tomé e Príncipe.

Importa igualmente referir que a Direção-Geral da Política de Justiça organizou a Conferência "Desafios do Combate ao Tráfico de Seres Humanos no Espaço da CPLP ", que decorreu no Auditório do Edifício H do Campus da Justiça em Lisboa, no dia 12 de Setembro, no âmbito da cooperação entre os Ministros da Justiça dos países da CPLP (Declaração de Lisboa), em que as questões do estabelecimento de mecanismos de referência comuns foram alvo de discussão,

nomeadamente no painel onde os Relatores/responsáveis pelos Planos Nacionais dos países apresentaram os seus mecanismos de referência nacionais.

- **Medida 52 – Definir pontos de contacto para as questões do tráfico de seres humanos nas embaixadas e/ou postos consulares portugueses a fim de facilitar os processos de apoio a vítimas nacionais.**

Em relação a esta medida, mantêm-se os pontos focais nas embaixadas e postos consulares para o TSH, já anteriormente designados.

Para a sua execução, importa referir que o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou que procedeu à distribuição de brochuras e folhetos de Campanhas contra TSH⁴⁵ por todas as secções consulares.

- **Medida 53 - Conceber projeto de reforço de práticas de responsabilidade social, em particular nas áreas da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos no contexto dos serviços do ME e empresas portuguesas que operam fora do território nacional.**

O Ministério da Economia (Direção-Geral das Atividades Económicas) organizou um workshop no dia 17 de dezembro intitulado – Boas Práticas de Responsabilidade Social das Empresas – Sensibilização para a Prevenção do Tráfico de Seres Humanos⁴⁶.

⁴⁵ No total de 50.000 exemplares.

⁴⁶ Que contou com a participação de 22 pessoas (4 homens e 18 mulheres).

Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

No último capítulo deste Relatório, propõe-se sintetizar o grau de execução das 47 medidas previstas no III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017 e que estão calendarizadas para serem executadas em 2014 ou durante toda a vigência do Plano, conforme consta do quadro-resumo que se segue (**quadro 1**).

De acordo com os dados disponíveis verifica-se que, no ano de 2014, foram executadas, ou viram iniciadas atividades, 44⁴⁷ das 47 das medidas previstas para 2014 ou calendarizadas para toda a vigência do Plano, o que corresponde a uma taxa de execução de 93,61% (**quadro 1**).

Salienta-se que todas as medidas calendarizadas para o ano de 2014 foram executadas na totalidade e que as 3 medidas que não se encontram executadas, a saber as medidas 7, 23 e 36, estão calendarizadas para toda a vigência do plano. Referira-se ainda que, apesar de nessas medidas ainda não se terem sido cumpridos os indicadores de resultados previstos no Plano, já se iniciaram diligências com vista à sua execução.

As restantes medidas do Plano que não se encontram referidas em nenhuma das anteriores categorias, são medidas que estão calendarizadas para os anos de 2015 e seguintes.

⁴⁷ Não foram contabilizadas nesta categoria as medidas 38 e 46 que, embora tenham tido execução em 2014, estão calendarizadas apenas para os anos 2015 e seguintes.

Quadro 1- taxa de execução do plano, no ano 2014

Áreas Estratégicas	Nº total de medidas	Nº de medidas previstas para 2014 ou "Durante a vigência do Plano"	Nº de medidas executadas em 2014	Taxa de execução 2014
Área 1	19	15	14	93,3%
Área 2	13	13	12	92,3%
Área 3	10	9	8	88,9%
Área 4	5	4	4	100%
Área 5	6	6	6	100%
TOTAL	53	47	44	93,61%

SIGLAS utilizadas

ACT – Autoridade para as Condições
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado
APF – Associação para o Planeamento da Família
ARS – Administração Regional de Saúde
ASGVCV - Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida
CAP – Centro de Acolhimento e Proteção
CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CEJ – Centro de Estudos Judiciários
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco
CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
DGAI – Direção-Geral da Administração Interna
DGE – Direção-Geral de Educação
DGES – Direção-Geral de Ensino Superior
EME- Equipa Multidisciplinar Especializada
ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social
GNR – Guarda Nacional Republicana
GRETA – Grupo de Peritos na Ação contra o Tráfico de Seres Humanos
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, I.P.
MAI – Ministério da Administração Interna
ME – Ministério da Economia
MEE – Ministério de Economia e do Emprego
MJ- Ministério da Justiça
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSSS – Ministério da Segurança e da Solidariedade Social
N(H)ACJR – Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
ONG – Organização Não Governamental

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos

PJ – Polícia Judiciária

PNCTSH – Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos

POPH – Programa Operacional de Potencial Humano

PSP – Polícia de Segurança Pública

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RAPVT – Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico

RSO PT – Rede de Responsabilidade Social

SEAPI – Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TSH – Tráfico de Seres Humanos

UATP – Unidade Anti Tráfico de Pessoas

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime